



# Política de Privacidade da Plataforma





## POLÍTICAS DE PRIVACIDADE DA PLATAFORMA JURISGAP BRASIL

(DO “ASSOCIADO”, do “CRENCIADO”  
e do AGENTE TÉCNICO INSTITUCIONAL)

Elaborado e Revisado em: 10/03/2023

### 1. Dos Aspectos Gerais

- A Política de Privacidade é um documento elaborado pelo agente de tratamento (o controlador ou o operador de dados pessoais), que contém a descrição de todas as práticas e medidas de privacidade e segurança por ele adotadas no tratamento dos dados, em conformidade com o determinado pela Lei Geral de Proteção de Dados.
- Ela procura preservar a privacidade dos dados de seus Usuários, e se comprometer a não revelar dados pessoais, em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº13.709/2018 e demais legislações aplicáveis), salvo se por determinação legal ou por meio de ordem ou intimação de algum órgão, autoridade ou tribunal de jurisdição competente e poderes para tanto.
- A Política de Privacidade deve **refletir o seu negócio** e comunicar ao titular todas as informações relevantes concernentes aos seus dados pessoais.
- Leia ela com atenção, para ficar ciente de todos os detalhes que envolvem a coleta, armazenamento, preservação e não compartilhamento dos seus dados.
- Se você não concorda ou tem dúvidas sobre qualquer dos itens, por favor, não prossiga, e entre em contato conosco para esclarecimentos.
- Ao utilizar nossos serviços, você está de acordo com a presente Política de Privacidade, podendo acessá-la no momento em que desejar. Os seus dados são coletados, armazenados e utilizados pela JurisGAP Brasil com intuito de proporcionar um melhor serviço para você.
- A JURISGAP BRASIL é uma empresa de tecnologia da informação, provedora, captadora, armazenadora e gerenciadora de conteúdos técnicos especializados, aplicados à GESTÃO GOVERNAMENTAL, especialmente, às áreas de CONTABILIDADE; FINANÇAS e DIREITO PÚBLICO municipal.



- É uma plataforma digital de informações que foi cuidadosamente pensada para disponibilizar aos seus usuários, um vasto portfólio de conteúdos técnicos e especializados, permitindo também a realização de pesquisas, de diversas jurisprudências próprias e publicadas por órgãos de controle interno e externo dos Governos, compiladas em um único local, otimizando assim o tempo de pesquisa, servindo, especialmente para aqueles usuários que lidam, constantemente, com jurisprudências relacionadas ao setor público, disponível no site <https://www.jurisgapbrasil.com.br>.
- Os serviços da **JurisGAP Brasil** são fornecidos pela pessoa jurídica de direito privado com a seguinte Razão Social: **JURISGAP BRASIL PLATAFORMA DIGITAL DE JURISPRUDÊNCIAS E DE CONTEÚDOS TÉCNICOS, ESPECIALIZADOS DE GESTÃO GOVERNAMENTAL LTDA.** CNPJ: 47.532.847/0001-80, simplesmente denominada “**JurisGAP Brasil**”.

## 2. Dos Termos-chaves

- Ao longo deste documento, você terá contato com muitos conceitos. Por isso, elencamos abaixo as definições de cada um deles.
- **USUÁRIO:** É qualquer Pessoa Física que, através de uma entidade pública ou privada a qual está vinculada, tenha firmado um contrato com a Plataforma. Ele é toda pessoa física natural que acessa a Plataforma JURISGAP BRASIL, podendo assim, ter acesso a suas funcionalidades.
- **COOKIES:** são pequenos arquivos eletrônicos armazenados no dispositivo do titular, que permitem à plataforma distinguir o visitante em um novo acesso e manter as suas preferências ao longo da respectiva sessão.
- **TRANSPARÊNCIA:** A transparência é um dos pilares da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e não poderia ser diferente. Ela é necessária para garantir a confiança nos procedimentos, no sentido de permitir que o titular compreenda que, em caso de necessidade, ele estará apto, para desafiar tais procedimentos.
- **AGENTES DE TRATAMENTO:** Constituído pelos Controladores e pelos Operadores de Dados.
- **ENCARREGADO:** a pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD). Ele é responsável por aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências.

- **CONTROLADORES DE DADOS:** aqueles a quem compete às decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, no sentido de protegê-los dos acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- **OPERADORES DE DADOS:** aqueles que realizam o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, no sentido de protegê-los dos acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- **DADOS PESSOAIS:** A lei brasileira define "dado pessoal" como todo aquele que se refira a uma pessoa física identificada ou identificável.

Na prática, a expressão compreende todo dado que permite identificar uma pessoa ou que se relacione a uma pessoa específica. Além dos dados normalmente entendidos como pessoais (tais como nome, endereço, data de nascimento, sites etc.), é possível que diversos outros também o sejam, como na disponibilização de fotos e/ou de mensagens.

- **DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS:** É todo dado pessoal sobre origem racial, étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente a saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado à uma pessoa natural.
- **MEDIDAS TÉCNICAS DE SEGURANÇA:** são aquelas medidas adotadas no contexto da Tecnologia da Informação (TI). trata-se de recursos informáticos dotados de funcionalidades, voltadas à melhor garantir a efetividade na segurança da informação.
- **MEDIDAS TÉCNICAS ADMINISTRATIVAS DE SEGURANÇA:** são aquelas medidas que os agentes de tratamento realizam em âmbito administrativo-gerencial, o que inclui as atividades de caráter jurídico.

### 3. Do Conteúdo dos Dados Pessoais Coletados

Ao utilizar a Plataforma Digital JurisGAP Brasil você deverá fornecer as seguintes informações:

- Nome Completo
- Nome da Entidade vinculada
- E-mail
- Cargo



- Formação Acadêmica
  - Senha de Acesso.
- Após o cadastro você terá direito ao login e uma senha para acesso aos serviços da Plataforma JurisGAP Brasil. Caso você perca sua senha, o e-mail cadastrado poderá ser utilizado para recuperá-la e criar uma nova senha. Caso você tenha alguma dificuldade, nesse procedimento, deverá entrar em contato por e-mail com a equipe de suporte da Plataforma através do endereço: <https://www.jurisgapbrasil.com.br/suporte>.
  - Durante atualização da Plataforma também podem ser coletados, automaticamente, algumas outras “**INFORMAÇÕES DE NAVEGAÇÃO**”, tais como:
    - Quantidade de cliques
    - IP
    - Idioma
    - Localização
    - Navegador utilizado
  - Os dados pessoais podem ser coletados de USUÁRIOS lotados em Entidades de todo o território nacional.
  - A Plataforma JurisGAP Brasil NÃO coleta nenhum DADO PESSOAL SENSÍVEL.

#### 4. Da Finalidade dos Dados Pessoais Coletados com Terceiros

As informações pessoais, mencionadas no tópico anterior são coletados pela Plataforma, com intuito de atender às seguintes finalidades:

DADOS COLETADOS	FINALIDADE
Nome Completo:	Será necessário para criar um cadastro do usuário, individual, intransferível, possibilitando uma comunicação mais personalizada com o usuário. Para que possa ser confirmada a identidade e responsabilidade do usuário e possa ser prestados serviços de suporte ao usuário.
Nome da Entidade	Será necessário para criar um cadastro da Entidade Profissional que permite a associação do respectivo USUÁRIO à ela. Esta Entidade poderá permitir vários USUÁRIO associados a ela. Servirá para que a Plataforma possa ter uma comunicação mais

<b>vinculada:</b>	personalizada com o Entidade. Para que possa também ser confirmada a identidade e responsabilidade da Entidade e possa ser prestado serviços de suporte a Entidade.
<b>E-mail:</b>	Será necessário para a criação de um cadastro mínimo na Plataforma. Servirá para a VALIDAÇÃO do acesso. Para que possa ser confirmada a identidade e responsabilidade do usuário e possa ser prestados serviços de suporte ao usuário.
<b>Cargo / Profissão:</b>	São úteis para deixar a Plataforma JurisGAP Brasil mais inteligente, proporcionando conteúdos mais personalizados para um público cada vez mais específico, proporcionando a eles, conteúdos técnicos e especializados, cada vez mais apropriado ao seu perfil. Servirá também, para compreender quais os perfis de usuários que utilizam os serviços do JurisGAP Brasil, possibilitando a eles, uma melhoria no aprimoramento das redações de suas defesas técnicas, junto aos diversos órgãos de controle externo, além de possibilita aos mesmos anúncios personalizados, com base nos dados fornecidos.
<b>Formação Acadêmica:</b>	São úteis para deixar a Plataforma JurisGAP Brasil mais inteligente, proporcionando conteúdos mais personalizados para um público cada vez mais específico, proporcionando a eles, conteúdos técnicos e especializados, cada vez mais apropriado ao seu perfil e principalmente voltado para a sua formação acadêmica. Servirá também, para compreender quais os perfis de usuários que utilizam os serviços do JurisGAP Brasil, possibilitando a eles, uma melhoria no aprimoramento das redações de suas defesas técnicas, junto aos diversos órgãos de controle externo, além de possibilita aos mesmos anúncios personalizados, com base nos dados fornecidos.
<b>Número do Telefone: (Opcional)</b>	Será útil apenas para o recebimento de mensagens rápidas, de forma geral sobre novidades da Gestão Governamental relacionadas à Plataforma, tais como surgimento de novas normatizações, legislações, cursos, palestras, etc..
<b>Senha de Acesso:</b>	Servirá para a criação de um cadastro mínimo do usuário e para uma maior segurança do usuário.
<b>Informações de Navegação:</b>	Servirá para a criação de um cadastro mínimo do usuário e para uma maior segurança dele.



- Ao preencher esses dados em nossa Plataforma, você consente com seu fornecimento, bem como com as finalidades acima mencionadas.

## 5. Da Forma de Coleta de Dados Pessoais

- Preliminarmente, os dados são coletados, de forma geral, através de comunicação feita, formalmente pelo Gestor da Entidade à Plataforma, após firmamento contratual, entre a Plataforma JurisGAP Brasil e a referida Entidade;
- Este ofício é enviado pelo Gestor da Entidade à Plataforma, dando autorização a ela, para efetivar o cadastramento prévio dos USUÁRIOS que estão vinculados àquela referida Entidade;
- Após VALIDAÇÃO por parte da Equipe técnica da Plataforma JurisGAP Brasil, a referida Entidade, receberá uma comunicação de permissão, para que ela possa assim, dar seguimento aos procedimentos de efetivação cadastral, inclusive com a possibilidade de atualização das senhas de acessos dos seus respectivos USUÁRIOS.

## 6. Do Armazenamento dos Dados Pessoais Coletados

- A Plataforma JurisGAP Brasil identifica e armazena as informações relativas aos USUÁRIOS e visitantes, através de *Cookies*.
- Caso o USUÁRIO queira, ele poderá desabilitar os *Cookies*. Para que isso ocorra ele terá que desativar a leitura de dados por *Cookies*, disponível nas configurações do navegador utilizado.
- Por outro lado, alguns recursos do JurisGAP Brasil podem não funcionar corretamente se a capacidade de aceitar cookies estiver desativada.
- Os dados coletados ficam armazenados em um servidor na nuvem, denominado VPS HOSTGATOR, localizado no Brasil.
- Você poderá acessar a política de privacidade desse servidor, através do link: <https://www.hostgator.com.br/politica-de-privacidade>
- Com medida de segurança, a Plataforma poderá adotar bloqueios de licenças, quando perceber o uso indevido do USUÁRIO. Tudo isso, possibilita uma maior proteção contra acessos não autorizados (acesso aos dados pessoais realizado

por pessoa que não detém permissão dos agentes de tratamento para tanto), situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito.

## **7. Período de armazenamento dos dados pessoais (retenção)**

O período de armazenamento dos dados pessoais não tem um prazo exato definido, haja vista que eles também, poderão ter um viés de pesquisa e relativamente acadêmicos, por isso, de interesse continuado.

No entanto, conforme estabelecido pelo art. 15 da Lei Geral de Processamento de Dados (LGPD), o término do tratamento dos dados pessoais dos USUÁRIOS dessa Plataforma ficará armazenados até o devido período de verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada.

## **8. Do Compartilhamento dos Dados Pessoais Coletados com Terceiros**

- A Plataforma não compartilha os dados pessoais dos seus Usuários para fins comerciais, ou seja, os dados armazenados não são disponibilizados para terceiros, seja de forma gratuita ou onerosa.
- A JurisGAP Brasil não participa de qualquer prática de venda ou troca de informações pessoais com terceiros. Seus dados não serão compartilhados com outros sites e só serão divulgados e utilizados, quando for necessário, para a realização dos nossos serviços ou por meio de ordem ou intimação de algum órgão, autoridade ou tribunal de jurisdição competente e poderes para tanto.
- Eles poderão ser utilizados para a realização de pesquisas e apurações totalmente internas, à equipe da Plataforma JurisGAP Brasil e/ou quando feita para a divulgação de um público externo, assim poderá ser feita, desde que não possibilite a identificação individual do USUÁRIO.
- Ao aceitar essa Política, mencionada no tópico anterior, você consente com o compartilhamento de seus dados de maneira não identificada individualmente, para fins de publicidade da Plataforma.
- As ações dos USUÁRIOS podem ser compartilhadas com outros usuários além dos autores dos documentos e/ou comentários feitos por eles, da seguinte forma:



- Quando os USUÁRIOS, com perfil apropriado para tal, publicam de conteúdos técnicos e especializados;
  - Através da “ABA” perfil do USUÁRIO, onde ele poderá expor: nome; e-mail; currículo; sites; redes sócias, etc..;
  - Quando das suas interações na “ABA” Fóruns e Chat, onde o USUÁRIO poderá trocar informações com outros USUÁRIOS que possuam o mesmo perfil, desde que respeitem as regras estabelecidas para tal; e
  - Quando das publicidades autorizadas pela Plataforma, feitas, para um perfil de USUÁRIO.
- A **Plataforma JurisGAP Brasil** poderá exibir links para outros websites relacionados aos seus negócios e que a Plataforma considere que possam ser de seu interesse ou mesmo, por intermédio da Inteligência Artificial, ela poderá capturar informações de outros sites do Governo. Entretanto, devido à natureza da Internet, a JurisGAP Brasil fica impossibilitada de garantir o padrão de todos os links que oferece ou tampouco responder pelo conteúdo de websites de terceiros.
  - A **Plataforma JurisGAP Brasil** não é responsável, assim como não oferece nenhuma garantia, seja ela qual for relacionada à exatidão, eficácia, oportunidade e adequação de quaisquer informações ou conteúdos obtidos de terceiros, incluindo quaisquer *hyperlinks* de sites de terceiros.

## 9. Do Exercício de Direitos

É importante deixar claro que o USUÁRIO da Plataforma, independente do seu perfil, tem seus direitos garantidos pela Plataforma, conforme é estabelecido pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

São eles:

- 1) confirmação da existência de tratamento;
- 2) acesso aos dados;
- 3) correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- 4) anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;
- 5) portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;

- 6) eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular;
- 7) informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- 8) informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; e
- 9) revogação do consentimento.

Caso entenda que algum desses direitos não esteja sendo cumprido ou em caso de dúvidas, sobre os mesmos, o USUÁRIO, poderá enviar um e-mail para [encarregado@jurisgapbrasil.com.br](mailto:encarregado@jurisgapbrasil.com.br) que uma equipe técnica da Plataforma irá dar um posicionamento formal, a respeito desse assunto, em um prazo média de 15 (quinze) dias úteis, pelo encarregado do Agente de Tratamento, conforme estabelecido pelo artigo 5º, VIII, da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

## 10. Da Base Legal para a Coleta para o Tratamento dos Dados Pessoais

Essa Política de Privacidade foi elaborada por uma equipe multidisciplinar, contando com a colaboração de diversas áreas da empresa, tais como: de Gestão Governamental, jurídica; financeira; de tecnologia da informação e *marketing*.

No momento da sua elaboração foram respeitadas as normas superiores direta e indiretamente ligadas, tais como:

- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.
- Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.
- Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014.
- Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016.
- Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011
- Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.
- Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021.
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

## 11. Da possibilidade de Alterações de alguns regramentos

- As cláusulas ou itens descritos no presente instrumento poderão sofrer alterações, unilateralmente e a qualquer tempo, por parte do



JurisGAP Brasil, para adequar ou modificar os serviços, bem como para atender novas exigências legais.

As alterações serão veiculadas pelo site [www.jurisgapbrasil.com.br](http://www.jurisgapbrasil.com.br) e o usuário sempre poderá optar por aceitar o novo conteúdo ou por cancelar o uso dos serviços ora descritos, caso seja assinante de algum serviço

- A Plataforma poderá alterar o presente termo a qualquer tempo, sem a necessidade de aviso prévio;
- Na parte inicial da Política de Privacidade, sempre será destacada a última data de atualização das alterações feitas.

## 12. Das Parcerias

- A Plataforma JurisGAP Brasil poderá firmar parcerias com outros fornecedores de serviços ou conteúdo e esporadicamente poderá disponibilizar links de acessos aos parceiros mediante autorização ou licença de seus titulares;
- As opiniões, conteúdos e quaisquer outros dados ou serviços disponibilizados por parceiros, não representam, necessariamente, a opinião da JurisGAP Brasil sendo eles os únicos responsáveis pelas suas condutas para com o seu público alvo e clientes; e
- As parcerias ocasionalmente formadas não geram qualquer tipo de vínculo societários, responsabilidade ou garantia pela JurisGAP Brasil.

## 13. Das Disposições Finais

- Em relação ao cadastro de informações do USUÁRIO de outras informações adicionais, a exemplo do telefone, para autorização, periódica da Plataforma de envio ao USUÁRIO, de notificações comunicativas, caso o USUÁRIO não queria mais receber tais comunicações, ele poderá desativá-las a qualquer momento, enviando um e-mail para [contato@jurisgapbrasil.com.br](mailto:contato@jurisgapbrasil.com.br)



**Este Acordo é regido pelas leis da República Federativa do Brasil e atende ao sistema legal brasileiro, aos princípios gerais de direito e às normas internacionais de comércio eletrônico.**

AO SE CADASTRAR NA PLATAFORMA O USUÁRIO DECLARA TER LIDO E COMPREENDIDO OS TERMOS E DISPOSIÇÕES DESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E QUE ESTÁ CIENTE DE SEU INTEIRO TEOR, ACEITANDO TODAS AS SUAS CONDIÇÕES.

Lauro de Freitas, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_

---

**JURISGAP BRASIL, PLATAFORMA DIGITAL DE JURISPRUDÊNCIAS E DE CONTEÚDOS TÉCNICOS, ESPECIALIZADOS DE GESTÃO GOVERNAMENTAL LTDA**